
Vis-à-vis da Fonte Luminosa

Benedicta Maria Duque Vieira

Glória a Deus!... Venci-te Salomão.

Em 1936 estão concluídas as novas instalações do Arco do Cego e feita a mudança de quase todo o equipamento escolar existente no Conde Barão. Coincide esta data, como homenagem maior, com as comemorações das bodas de prata do instituto que, talvez por isto, são, no mais, muito discretas. A atenção do país e do governo canalizava-se para o programa de melhoramento e construção de edifícios públicos que transformavam a paisagem urbana de muitas cidades portuguesas, em especial de Lisboa. No caso do ensino, particularmente para o estabelecimento destinado ao ensino técnico superior, grandioso em qualquer centro da Europa.

A *Técnica* publica uma conferência proferida na Escola Industrial de Machado de Castro, salientando a importância das escolas técnicas profissionais, em que o orador se extasia com a obra. *Obra filha do Estado Novo, tão sumptuosa e rica que, diante dela, poderíamos dizer como Justiniano, quando, de grande dalmática dourada, em pé sobre o carro imperial, na frente de Santa Sofia, maravilhosa em suas refulgências de bronze exclamou: 'Glória a Deus!... Venci-te Salomão'* (Lucena 1937 p. 92).

É um orgulho compreensível atendendo aos anos de espera, às expectativas criadas, ao produto acabado e ao que significou na emergência de um novo herói: Duarte José Pacheco.

Duarte Pacheco é *um dos mais ilustres filhos do Ensino Técnico e um dos mais ativos homens públicos que têm passado pelo Poder*. Assim se lhe refere, no início de 1934, o então diretor do Instituto Superior Técnico, Caetano Maria Beirão da Veiga. Hoje, na apreciação fundamentada dos historiadores, mas também na opinião pública portuguesa dos populares concursos de personalidades históricas, ocupa o mesmo lugar destacado.

Nascido em Loulé, no último ano do século XIX, cursou o liceu em Faro antes de, em 1917, ingressar no IST. Família numerosa

de onze filhos, quando aos 15 anos fica órfão, ele e Humberto, o irmão tutor, decidem abdicar da herança a favor das irmãs que permaneciam no Algarve. Na capital, sobrevive com lições dadas aos condiscípulos mas não se alheia da participação cívica alistando-se no Batalhão Académico, por ocasião da Monarquia do Norte. Aluno atento e interveniente nas polémicas que envolvem a escola e os estudantes, não descarta o curso de engenharia eletrotécnica que termina, em 1923, com 19 valores. No ano letivo de 1925, entra no instituto como professor interino na área das matemáticas, matéria reconhecida como estrutural e básica na preparação do engenheiro (GEO 1993).

Na vida política, ligeiramente mais tardia, tornou-se próximo de Vicente de Freitas que, adiante, o vai convidar a integrar o ministério que forma. Em 19 de abril de 1928, confiou-lhe a missão de confiança de ir a Coimbra instar com Oliveira Salazar para que regressasse à pasta das Finanças que abandonara antes.

Na escola, em março de 1926, apesar de ser o professor mais recente, é encarregado por Ferrugento Gonçalves de o substituir na comissão nomeada pelo governo para estudar as reclamações dos alunos em greve e a forma de solucionar o conflito sobre o uso do título de engenheiro. Em abono da opção, e perante a possibilidade de melindre dos docentes mais antigos, o diretor justifica a confiança no facto de Pacheco aliar à vivacidade da inteligência um bom conhecimento do assunto. Confiança correspondida como o atesta o voto de louvor proposto por Lepierre, e aprovado por aclamação pelos restantes membros do CE, *pelos altíssimos serviços prestados na comissão encarregada de dar parecer às reclamações dos alunos, mercê dos quais foi possível chegar a uma solução honrosa do conflito académico.*¹

Nos meses seguintes acentua-se a sua imprescindibilidade.

Ainda em junho, integra uma polémica comissão encarregada de alterar e reduzir o número de chefes de trabalhos e de assistentes o que contrariava o costume de serem os professores dos cursos respetivos a suspender, renovar e convidar os auxiliares². Depois, a 6 de outubro, por ser um dos professores que mais contactara com os alunos durante a greve, faz parte da comissão que vai estudar as pretensões destes e adotar medidas de carácter geral *que harmonizem, quanto possível os interesses dos alunos com os interesses do ensino*. No mesmo dia, para preencher uma vaga que se anuncia, o CE apoia a proposta do presidente de pedir ao governo a sua elevação a professor ordinário.³ A 12, concretizando a decisão e cumprindo o regulamento que preceituava fundamentação em pareceres de três professores da área disciplinar que o proposto iria lecionar, Ferrugento Gonçalves indigita Mira Fernandes, Borges de Sequeira e Caetano da Veiga para esta missão.⁴ O primeiro seria o patrono a quem o novel professor irá agradecer todo o empenho.

Entretanto, como Duarte Pacheco se encarregara de um estudo minucioso sobre questões de horários e precedências (como no ano seguinte do regime de prescrições dos alunos⁵), é autorizado, exceção especialíssima, a vir ao Conselho, antes de a isso ter direito, relatar os trabalhos a que procedera para introduzir as alterações pedidas pelos professores e a apresentar os resultados sobre a tabela de precedências.⁶ Neste ano ainda, a 6 de novembro, já professor ordinário, toma pela primeira vez o seu lugar no órgão máximo coletivo do IST.

Mais uma vez, no aparente respeito pelos formalismos instituídos, a sua entrada distingue-se. Às saudações do presidente, nos agradecimentos pela nomeação e pelo crédito, acrescenta Duarte Pacheco um pedido aos pares, o de crítica franca quando a sua atitude o merecer *visto que deseja apenas ser útil e não ter a situação de tolerado*. E, de imediato, na mesma sessão, o sr. Duarte Pacheco foi designado para a comissão encarregada de classificar os candidatos a professores agregados das escolas do ensino elementar industrial e comercial e para uma outra (com Valério Vilaça e Adrião de Sequeira) encarregada de elaborar um projeto de regulamentação do artigo 5º do decreto nº 11988 referente ao título de engenheiro. Na oportunidade, Charles Lepierre e Caetano Maria Beirão da

Veiga propõem um voto de louvor ao novo vogal pelo trabalho extenuante da elaboração dos horários da escola.

As palavras que profere de agradecimento pela distinção não são de mera circunstância e revelam um pensamento estruturado sobre o caminho a trilhar. Refere, em primeiro lugar, que enquanto o IST estiver tão deficientemente instalado não haverá progresso possível e que o remédio é pressionar o governo para solucionar o problema com urgência. Em segundo lugar, atreve-se a apresentar soluções para o recrutamento dos professores. Sem pôr em causa os que estão ao serviço há longos anos, considera que se deve abandonar o sistema de contratação de professores estrangeiros e substituí-lo pela criação de bolsas de especialização para os assistentes que em Portugal mais se distinguem nos cursos⁷. Finalmente, descendo ao pormenor, aponta a necessidade de melhoria dos laboratórios (a exceção é o de química) que necessitam tanto de investimento material como de recursos humanos que, quando vier a ser necessário, assegurem a substituição dos preparadores.⁸

E não se apaga nem é esquecido. Ainda neste final de 1926, Amílcar de Jesus, que pretende revitalizar as comissões pedagógicas dos cursos especiais do IST, indica o nome de Duarte Pacheco como representante das matemáticas no acompanhamento das comissões dos cursos de química e de minas. Por seu lado, este também não se inibe de participar na discussão suscitada no CE sobre velha questão recorrente, a da clarificação das expressões *diploma de curso e carta de curso*, relacionada com as habilitações exigíveis ao engenheiro.⁹ Do mesmo modo, em janeiro de 1927, quando a Associação dos Engenheiros Cívicos Portugueses pede um professor que, como delegado do IST, faça parte da comissão organizadora do Congresso Nacional de Engenharia que se projeta, Duarte Pacheco foi escolhido por unanimidade. Tal aconteceu, também, quando foi encarregado de formular as respostas a escolas estrangeiras de engenharia que pretendiam ser incluídas na lista portuguesa de equivalências¹⁰.

O que este enunciado nos mostra, além das expectativas nele concentradas, é a necessidade imperiosa, por parte dos órgãos diretivos do IST, da colaboração do jovem professor.

Poupava outros membros do CE, assoberbados com trabalho, a tarefas correntes mas delicadas que exigiam estudo demorado. Em contrapartida, dava-lhe um enorme domínio sobre as mais diversas matérias de interesse para o instituto – instalações e equipamentos, gestão de pessoal, organização escolar, mediação de conflitos, representação externa, etc. O Conselho enquanto o projetava, permitia-lhe testar as suas capacidades e proporcionava-lhe experiência.

A 5 de fevereiro de 1927, Ferrugento Gonçalves propõe que fique consignado em ata do CE um louvor ao vogal Duarte Pacheco *a cujo esforço e tenacidade se deve o grande benefício que representa para o IST* a publicação do decreto 13113 que autoriza o governo a negociar com a Caixa Geral de Depósitos um empréstimo de 3500 contos para a construção do novo edifício. O visado remete para o apoio do diretor parte do sucesso e adverte que não podendo o Estado dar todo o dinheiro de uma só vez, o ministro aconselha, e ele subscreve, que se não gaste tudo com os alicerces e que se vá concluindo o que se começa. Só assim se conseguirão os meios necessários à conclusão da obra. Também teria grande efeito moral e impacto no futuro concurso do governo, interessar os industriais na concretização do projeto.

Então o que há a fazer, e é Mira Fernandes que o lembra, é cumprir as regras de cortesia e o diretor do IST ir ao presidente da República e aos ministros do Comércio e das Finanças agradecer a verba concedida. Depois meter mãos à obra.

Desde logo, eleger dois representantes do CE para, juntamente com os membros natos da comissão administrativa, dirigirem e fiscalizarem os trabalhos. Recai a escolha nos professores Duarte Pacheco, pelo entusiasmo, e Francisco Maria Henriques, em vista das suas altas qualidades e especialização e que já no tempo de Bensaúde, em 1919, integrara a comissão do edifício.¹¹ Francisco Henriques propõe então que, pela parte artística, se agregue à parte diretiva o professor de arquitetura, Pardal Monteiro. Duarte Pacheco, que aliava à energia e eficiência um temperamento monopolizador e pragmático, considera prematuro o convite pois pretende que a comissão esteja livre de consultar quem

julgar necessário. Colocada a contraproposta à votação, perdeu, sozinho.

Não é coisa que o dececione. Continua a trabalhar e a exercer a sua influência sobre o governo tanto que, em 8 de junho de 1927, é louvado pelo CE por ter conseguido elevar a 10500 contos a dotação para o edifício. Verdade que o empenho dos colegas é também manifesto. Mira Fernandes, que participara num congresso em Cádiz, não perde a ocasião de solicitar a ilustres professores espanhóis plantas e projetos das escolas de engenharia espanholas que julga serão da maior utilidade agora que se está tratando das futuras instalações.

Pacheco, nomeado quase de seguida diretor interino do IST e, logo depois, efetivo, ainda nesse ano apresenta o anteprojeto do novo edifício.

Das negociações com o proprietário dos terrenos resultou acordo no pagamento em duas prestações: uma, no ato das escrituras, outra, no final das colheitas.

Mas que terrenos são estes onde finalmente ficará implantado o Instituto Superior Técnico e que contemplam uma cláusula mais adequada a um contrato rural?¹²

Os terrenos situavam-se numa área periférica de Lisboa, na zona das portas ou barreiras do alto de Arroios, que as vereações camarárias desde finais do século XIX queriam incluir na malha urbana, na sequência da extensão da avenida da Liberdade e da expansão da cidade para o interior norte.

O *Plano Geral de Melhoramentos*, da autoria de Frederico Ressano Garcia, fora aprovado pela câmara municipal, em 1904. No que a esta zona respeitava, propunha um modelo de traçado reticulado, estruturado em eixos bem marcados, com diversificação de escalas na largura das vias, na dimensão do quarteirão, na área dos fogos. Esta diversidade proporcionava uma oferta diferenciada adaptada a diferentes estratos sociais (Lobo 1994). Na parte nordeste da cidade, o lado das chamadas Avenidas Novas, das Picoas ao Campo Grande, era destinado a uma burguesia com rendimentos confortáveis enquanto, na sua margem, o bairro social do Arco do Cego era concebido para uma população de menores recursos. Nos arrabaldes dos Anjos e de Arroios, o prolongamento em obra da avenida Rainha

D. Amélia (rebatizada de Almirante Reis) dava desaforo a um vale apertado, abria para bairros residenciais com modestos prédios de rendimento e estabelecia um acesso fácil ao centro da cidade.

No lado burguês, o das Avenidas Novas, as duas artérias principais vão tomar os nomes dos dois engenheiros que lhes deram vida, Ressano Garcia e António Maria Avelar. (Silva, Raquel 1994 p. 415). A república de 1910, rebatizou a primeira, de avenida da República e, a segunda, de avenida 5 de outubro. Mais tarde, foi dado o nome do urbanista a uma rua menos imponente do Bairro Azul e o nome do antigo professor no Conde Barão voltou à toponímia lisboeta, em zona mais próxima do IICL de que fora diretor.

Situados no lado modesto, os terrenos do IST faziam parte do conjunto denominado do Arco do Cego, mas a grandeza do edifício levou, nos finais da década de 30, a ser vulgarmente chamado de Bairro do Instituto.

Em 1916, na sequência da criação do ministério do Trabalho (governo de União Sagrada) e do alargamento da Previdência Social, começara a construir-se nesta zona arrabaldina (como ainda lhe chama Raul Proença) de quintas e retiros boémios. Contudo, o primeiro impulso mais consistente só surgiu quando a tutela do ministério foi entregue ao socialista Augusto Dias da Silva. Em 1919, este preocupou-se com a conveniência de *acudir com obras produtivas à crise da construção civil, substituindo por trabalhos de utilidade pública as reparações improvisadas, nem sempre de necessidade absoluta*.

Foi assim que o Diário do Governo de 26 de abril de 1919 publicou o decreto nº 5443, que autorizava o governo a fazer um empréstimo de 10000 contos a aplicar na construção de cinco bairros destinados a operários e às classes menos abastadas. Uma portaria, do mesmo dia, particularizava os quantitativos para a aquisição da Quinta das Cortes para nela ser construído o bairro operário do Arco do Cego. Esta nomenclatura desapareceu poucos meses depois. Relacionava-se, provavelmente, com a proximidade de população fabril da Cerâmica Lusitana e de pessoal da Carris para a qual se desejava construir casas económicas com alugueres baratos e requisitos de salubridade.

Em diploma posterior,¹³ já com a designação de bairro social, o ministério de José Domingues dos Santos é autorizado a expropriar, entre outras a Quinta do Manique com a área de 27717 metros quadrados e a Quinta da Ermida com 17681 metros quadrados. São estas propriedades, ou parte delas, que a partir de 1927 o Estado adquire para a construção do novo edifício do instituto.

A adjudicação destes terrenos ao IST veio a ser um benefício considerável para o projeto habitacional do Arco do Cego. A instabilidade política, a começar pela própria pasta ministerial do Trabalho, e as dificuldades financeiras do pós-guerra fizeram que o bairro, só depois de 1928 levasse uma sacudidela na sua letargia (Araújo *ob.cit.* p. 74). Ora, essa *sacudidela* que desfez a paralisia, foi em parte consequência das urgências do Técnico e do valimento de Duarte Pacheco. Este, que não desistia facilmente de um enquadramento digno para o estabelecimento de ensino de que era diretor, ajudou a que à data inauguração do bairro, em 10 de março de 1935, se contassem as 481 moradias, levantadas em 20 ruas, e que o bairro, com a designação de bairro económico, fosse entregue ao Instituto Nacional do Trabalho e Previdência para atribuição das habitações.¹⁴

Concedido em janeiro de 1927 o empréstimo de 3500 contos, já em março o instituto tinha acedido à Quinta do Manique. Situada na freguesia de Arroios e confinante com terrenos pertencentes ao Estado, constituía a antiga Quinta das Cortes e agora o denominado bairro social do Arco do Cego. Mas logo no mês seguinte, o CE se deu conta de que o prolongamento de uma das Avenidas Novas, projetado pela câmara municipal da cidade, viria reduzir os terrenos adquiridos. Em resposta à exposição enviada, o ministro do Comércio e Comunicações, que tutelava a Administração Geral das Obras de Edifícios Nacionais, determinou que esta repartição entregasse ao IST parte da antiga Quinta das Cortes e uma área total de 15240 metros quadrados das duas quintas do Manique e da Ermida. Por seu turno, que recebesse deste uma área de 2520 metros quadrados, de parte da Quinta do Manique que lhe pertencia, a fim de que fosse incorporada nos terrenos reclamados pelo projeto do bairro social.¹⁵

Tratou-se, portanto, de desarticulação entre obras em terrenos dependentes, uns, do Estado e outros, da Câmara. A situação ficará regularizada cerca de dez anos mais tarde, em 9 de setembro de 1937, através de escritura de rescisão de compra e venda de terrenos entre o Estado (ministério das Finanças) e a câmara municipal de Lisboa.

A esta versão inexpressiva sobre a permuta dos terrenos do Técnico, colhida nos Diários do Governo, junta-se uma mais pitoresca que correu na época e que Eduardo Arantes e Oliveira evocou na cerimónia comemorativa do cinquentenário da morte de Duarte Pacheco.¹⁶

Perante a inexistência da vultosa quantia precisa para as obras, Duarte Pacheco, que já tinha sido o responsável pela escolha do local, encontrou engenhosa solução que consistiu na aquisição de uma área superior à necessária ao edifício, urbanizar a zona rústica correspondente e comercializar os lotes. Rentabilizava, assim, o empréstimo da Caixa Geral de Depósitos e reduziu substancialmente a participação do Estado.

Para completar, uma solução ainda mais imaginativa e zelosa da coisa pública. Já na presidência da comissão administrativa da câmara municipal de Lisboa, Duarte Pacheco criou mecanismos jurídicos de vigilância sobre as construções nesta zona e de combate às *companhias de urbanização* que se constituíram, a fim de evitar a especulação imobiliária!... (M^a Filomena Abreu 1997 p. 18). Certo, certo, é que ainda em meados do século foram aplicadas no apetrechamento dos laboratórios *as verbas provenientes da venda de alguns terrenos do IST*. Constam da exposição do que foi a ação de Adrião de Sequeira enquanto diretor interino da Escola. Este, na hora de deixar o cargo,¹⁷ não se coíbe de igualmente informar o Conselho sobre o que pensara fazer com o restante.

Entretanto, desde 1927, iniciaram-se e completaram-se as obras do complexo do Técnico e, até à sua inauguração, em 1936, Duarte Pacheco foi diretor do mesmo, ministro da Instrução Pública e, pela primeira vez, ministro das Obras Públicas e Comunicações (1932–36). Iria voltar à mesma pasta entre 1938 e a sua morte, em 1943, acumulando as funções com as de pre-

sidente da comissão administrativa da câmara municipal de Lisboa.

A vida académica continuava na Boavista com a borrasca que veremos a seguir. O exterior urbano, confinante com o Arco do Cego, sedimentava-se e, graças a um dos antigos funcionários do Técnico, temos uma descrição minuciosa do que era nesse tempo a envolvente do instituto.

Por ocasião do 75^o aniversário da Escola, Castro Ferreira recordou-a num tocante testemunho, lido por Ivone Rosa, outra funcionária não docente, – *Comecei a amar o Técnico, ainda no Conde Barão, quando meu Pai, que aqui serviu mais de 50 anos, me levava pela mão*.¹⁸ Representavam, na cerimónia solene comemorativa, todos os colegas, essa infraestrutura humana fundamental a quem agora se reconhecia publicamente o contributo inestimável para o sucesso do IST. Orgulhosamente, falaram do *nosso* (seu) Técnico.

Ao festejar o *aniversariante que nasceu no Arco do Cego* de quem *hoje muito se fala, mas em cujo bilhete de identidade muitos se esquecem do local de nascimento*,¹⁹ Castro Ferreira registou para memória futura a vida latente e a topografia do bairro nos anos de infância e juventude do instituto.

Uma lógica de acrópole

O processo da edificação foi pontuado por algumas tensões internas de que o CE é palco e são atores principais os professores Adrião Sequeira e Caetano Beirão da Veiga.

No começo de julho de 1927 dera-se início à movimentação de terras para as novas instalações. Dez dias antes Pacheco tinha sido investido no cargo de diretor interino e, no mês seguinte, a 5 de agosto, nomeado diretor em efetividade, como tal e por inerência em ambas as funções, presidente do CE. Porém, de meados de 1928 a finais de 29, enquanto ocupou os cargos de ministro da Instrução Pública, a direção interina do IST recaiu, por incapacidade do decano, em Caetano da Veiga. Este aceitou a honra a contragosto, tanto mais que ele próprio fora indigitado, nesse ano de 1929, para diretor do Instituto Superior de Comércio. Mas as razões do incómodo eram ainda outras e é o próprio Beirão da Veiga que as aponta: entendia que o cargo devia pertencer a um engenheiro e que, no seu caso, seria ainda uma acumulação ilegal por ser membro nato da comissão administrativa.

Quando se repetiu o cenário, desta vez para Duarte Pacheco ocupar o ministério das Obras Públicas, Beirão da Veiga substituiu-o, colocando-se novamente numa situação de duvidosa legalidade e pondo em cheque a autoridade do CE.

Em outubro de 1933, Adrião Sequeira abriu uma acesa discussão por não constarem da ata da sessão anterior (23/06/1933) as perguntas que dirigira ao diretor interino – sobre o quantitativo já dispendido com as obras do novo edifício, sobre o estado em que estas se encontravam e sobre a previsão de tempo para a mudança de instalações. Também não ficara registada a resposta dada por Beirão da Veiga, que entendia que, como diretor, só devia explicações ao Tribunal de Contas. Igualmente fora omitida a pergunta, formulada na altura pelo professor Francisco Henriques, sobre quem dirigia efetivamente as obras.²⁰

Como era seu costume, Adrião Sequeira colocava-se no estrito campo do interesse e da dignidade do instituto. Argumentava que tinha chegado a altura de o CE superar a supremacia *meramente platónica* que tinha sido a sua e

assumir a orientação geral do IST. Exigia que a direção e a comissão administrativa apresentassem os programas de execução financeira em curso e, anualmente, um projeto de orçamento e o relatório de gerência. Com isto o CE não pretendia mais do que assumir as responsabilidades que a lei lhe imputava e não cercear os poderes do diretor que, como presidente do Conselho, continuava a ser o grande timoneiro de toda a organização. Era contudo urgente prever o fim próximo da interinidade do diretor e regularizar a composição da comissão administrativa para não se suscitarem problemas.

A interrogação que formula é: com órgãos inoperantes (direção, comissão administrativa e comissão de obras), quem de facto dirigia as obras?

Não se tratava aqui de um conflito menor entre docentes, mas de um ponto fulcral de organização institucional. Segundo o regulamento, a orientação da escola competia a três órgãos distintos: o CE, a comissão administrativa e o diretor, órgãos autónomos, mas subordinados ao CE, para que haja unidade de mando e de direção. O CE detinha os *poderes máximos*, sendo a comissão administrativa e a direção, os órgãos executores do seu pensamento. Se esta última sempre procurou pelo menos dar a aparência de que os seus atos dependiam do CE, outro tanto não se poderia dizer da Comissão Administrativa, que nunca trouxera qualquer assunto administrativo ao Conselho. A este apenas tinha restado aceitar, várias vezes, o *gentil convite* para visitar o local das obras.

Adrião Sequeira lembrou que o decreto que dotou com verbas o IST criou ao mesmo tempo uma comissão administrativa do fundo financeiro da obra e uma comissão técnica em que entravam, maioritariamente, professores do CE. Apesar da magnitude da obra, esta raramente reuniu anulando a supremacia do CE e revertendo esta para o diretor assessorado pela CA.

Dos dados fornecidos entretanto, a título particular (crédito inicial, 19650 contos; juros, 376 contos; venda de terrenos, 1430 contos; receitas várias, 24 contos; crédito posterior 1900 contos; tudo somado uma importância de 23380 contos quase toda já dispendida) concluía Adrião

Sequeira que *não é justificável tanta magnificência de instalações para tão diminuto número de alunos.*

E este, da falta de alunos, era um problema grave e complexo. Uma hipótese, tomar-se posse do edifício e remodelar a organização da escola de maneira a interessar mais alunos pelos cursos ou, outra perspetiva, não comportando o país nem mesmo o número de diplomados já formados, não facilitar a admissão e admitir a fusão com o Instituto Industrial de Lisboa, criando-se duas categorias de diplomados, os médios e os superiores.

O ponto de vista dos professores críticos é que não faz sentido que se continue *eternamente a viver em barracões impróprios de uma Escola quando se encontra feito um enorme dispêndio em edifícios*, mas em que não se adequaram todos aos fins em vista, nem se acautelou parte da verba para equipamento de laboratórios e oficinas. No desconhecimento do *critério que levou a empregar a totalidade da verba orçamentada na ossatura dos edifícios cuja estranha grandeza é com razão apontada*²¹, o CE quer tomar a obra em mãos. Propõe-se reunir urgentemente com a comissão de obras (Mendes Leal substituíra Pacheco), para a elaboração de um orçamento complementar e para estabelecer o programa mínimo do material a adquirir. Reconhecendo embora a atividade, energia e critério do engenheiro Duarte Pacheco, o CE não poderia reconduzi-lo. A importância dos assuntos pendentes é incompatível com *interinidades*²².

Os esclarecimentos de Beirão da Veiga, segundo o qual Duarte Pacheco continuava a dirigir as obras porque fora a condição que ele, Beirão da Veiga, impusera, tornaram-se inúteis quando a maioria dos membros do CE subcreveu uma declaração de voto de Vicente Ferreira negando ao CE o direito de interferir nas obras.²³ Aliás, entretanto, no início de 1936, Pacheco foi exonerado do cargo de ministro das Obras Públicas e reassumiu o lugar de diretor no instituto.

Em meados do ano, os ânimos acalmaram e já ninguém censura a *estranha magnitude da obra encetada*. O CE reúne pela primeira vez no Arco do Cego. Duarte Pacheco salienta, com elegância, que, para além da obrigatoriedade de haver uma reunião de encerramento

do ano escolar e de preparação do seguinte, quis ao mesmo tempo ser agradável aos membros do CE, reunindo no novo edifício ainda no ano letivo de 1935/36. Os exames já vão também decorrer no novo espaço.

Sobre este espaço pontificava *o homem de ação que prontamente traduziu em fatos o pensamento construtivo do governo*.²⁴ Neste caso o *fato* construído é o conjunto arquitetónico do IST, exemplo importante do modernismo português e bandeira de um regime.

A política de obras públicas, implementada a partir de 1931, apoiou projetos de arquitetura modernista e de inspiração internacional. Estimulou, ainda, um novo urbanismo caracterizado por os edifícios saírem do reticulado dos quarteirões orientando o enfiamento de novos arruamentos (Fernandes 1994 p. 505). A zona do Arco do Cego, com o IST, o Instituto Nacional de Estatística, a Casa da Moeda, o Liceu Filipa de Lencastre, o próprio monumento a António José de Almeida, é exemplar desta orientação consagrada no Plano Diretor de Urbanização de Lisboa (1938–1948) encomendado por Duarte Pacheco a Étienne de Groer. Todo este conjunto, construído nos anos expansivos do Estado Novo, no eixo das avenidas da República e da Almirante Reis que, como vimos anteriormente, definia dois setores distintos e até antagónicos no plano sócio-cultural, era agora, na *cidade novíssima* das décadas de 30 e 40, um espaço onde, sob o signo do espírito corporativo, se estabelecia a conciliação das classes sociais.

Neste sentido de uma harmonia entre contrários, o IST, concebido como *uma acrópole*, sobre o vale da avenida Almirante Reis e num dos extremos da já prevista alameda D. Afonso Henriques (Toussaint 1994 p. 271), revelava--se o enquadramento perfeito para contrapor á fonte monumental que sublinhava um espaço urbano de grande escala e que vai ser objeto de uma vasta operação urbanística (Lobo 1994, p. 252). É todo um programa que conjuga modernidade, nacionalismo e ideologia imperial num espaço, recuperado pela Primeira República, mas terminado e tornado nobre pelo Estado Novo.

A ideia da construção surgiu com as comemorações dos Centenários. Construir uma fonte alegórica, ligada ao *terminus* do novo sistema

de abastecimento de água a Lisboa que substituiu o antigo das Águas Livres, celebrando a entrada das águas captadas no vale do Tejo. A proposta agradou ao ministro das Obras Públicas, Duarte Pacheco, e a câmara municipal, presidida pelo mesmo Duarte Pacheco, aprovou a orientação solar da fonte.

O projeto artístico é do arquiteto Carlos Rebelo de Andrade e os conjuntos escultóricos são de Jorge Barata (os painéis de baixos relevos que representam, do lado esquerdo, cenas ligadas à utilização da água e, do lado direito, cenas da vida agrícola), de Maximiano Alves (as cariátides evocativas das Tágides que despejam a água recolhida da que escorre das bacias superiores) e de Diogo de Macedo (o grupo equestre, colocado no lago grande semi-circular do primeiro plano, guiado alegoricamente pelo Tejo, montado num cavalo marinho, segurando uma nau – a nau do brasão da cidade de Lisboa? – e acompanhado por nereidas).

Os materiais nobres previstos no ante-projeto, painéis cerâmicos, tipo majólica e esculturas em bronze, acabaram substituídos por outros mais baratos. A iluminação da fonte e dos jogos de água, que jorram de todas as figuras e caem em jatos sobre o lago maior, permite combinações de cores e intensidades variadas (Alves 1942 p. 760–763).

Quem a vê hoje não pode deixar de a associar aos protagonistas desta história. Pacheco certamente, como se viu acima e consta de placa colocada com data de 1940 sobre uma das portas laterais; o Técnico também, pelo que reza na segunda lápide. No 22º aniversário da Revolução Nacional, *aberta a 1ª Exposição de Obras Públicas foi inaugurada esta Fonte Monumental e entregue à CML.*

A exposição *15 anos de Obras Públicas 1932–1947*, que absorveu completamente o trabalho das oficinas escolares, é a primeira grande exposição no recinto do IST e aí deixou um pavilhão que veio a ter utilização escolar numa época de carência de instalações. Remetia para efemérides em que, provavelmente, a menos relevante é a que pudicamente está gravada na pedra: os 22 anos da Revolução Nacional. O que a exposição comemorava eram os 20 anos da chegada ao poder de Salazar, a obra do Estado Novo realizada pelo restaurado ministério das



Fotos: J F Branco



Obras Públicas homenageando a memória do seu primeiro titular, Duarte Pacheco.

No mesmo dia da abertura da exposição e da inauguração do monumento da alameda D. Afonso Henriques, é lançada a primeira pedra da igreja do Santo Condestável (outro símbolo do nacionalismo português) potenciando a carga simbólica de todos os atos e dos respetivos heróis tutelares (Brandão 2008 p. 153).

Foi o aspeto particular da iluminação que mais assombrou os lisboetas que consagraram a expressão Fonte Luminosa para designar a fonte monumental. As suas proporções quadravam bem ao local e à largura da Alameda e a posição *dava bem com a mole do IST*, no seu topo poente.

Ao conjunto faltava contudo, na opinião de Adrião de Sequeira, aluno matriculado no primeiro curso do IST, em 1911, e professor decano, em 1961, aquando da celebração do quinquentenário da escola, um monumento em honra de Duarte Pacheco. Ele próprio responsável, em 1949, pelo descerramento do busto de Bensaúde, falava então, expressando o sentir de professores e alunos. Pedia que fosse levantado um monumento que fizesse *parte integrante deste conjunto do instituto e da Alameda Afonso Henriques, que foi o ponto de partida duma Nova Lisboa que vemos crescer, dia a dia, na continuação do sonho magnífico de Duarte Pacheco*.

Agora era o Técnico da Alameda. Da ligação à matriz do Arco do Cego, subsistiu o endereço postal na avenida Rovisco Pais; já a rua Sinel de Cordes, que integrava a toponímia republicana da zona e bordejava a escadaria do lado nascente, foi rebatizada de Alves Redol.

A *mole* do Técnico, um conjunto de sete pavilhões de grande qualidade e abrangendo uma enorme área, constituem o primeiro *campus* universitário em Portugal.

Norberto de Araújo, ao peregrinar por Lisboa acompanhado de Martins Barata, descreve o pavilhão central, o maior de todos: *hall* mais vasto e rico em construções modernas deste género, não o há em Portugal. É todo em mármore, de vários tipos, com larga galeria em volta no primeiro pavimento, e que se apoia sobre 16 colunas quadrilobadas, de mármore colorido de Pêro Pinheiro e em que a cobertura, iluminante, é envidraçada. Depois as salas e gabinetes de

professores e dos serviços administrativos, os salões, as salas de desenho e de construção civil além de uma esplanada, pátios ajardinados e amplos corredores revestidos de mármore.

Em suma, todo o conjunto *dispõe bem, num sentido, afinado, de arquitetura pedagógica* (Araújo 1938–39 p. 76).

Palácio do ensino da engenharia em Portugal, suprimindo a escassez de equipamentos sociais da capital, foi muitas vezes o recinto escolhido, e adequado, à realização de grandes eventos de relevo político, social ou cultural.

Exemplifica-se com alguns que tiveram lugar nos 20 anos após a inauguração: exposições, *Construção nas Colónias* (1944), *15 Anos de Obras Públicas, 1932–1947* (1948), *Átomos para a Paz* (1956); reuniões internacionais, Reunião do Comité Jurídico da Organização da Aviação Civil Internacional (1948), XVI Congresso Internacional de Geografia (1949), Congresso Internacional de História de Arte (1949), XX Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências e Congresso Luso-Espanhol de Radiologia (1950), X Congresso Internacional de Medicina do Trabalho (1951), 9ª Sessão do Conselho da OTAN (1952), 15º Congresso Internacional de Química Pura e Aplicada (1956); ou encontros nacionais, I Congresso da Marinha Mercante (1951), I Congresso Nacional da Juventude Universitária Católica (1953), I Congresso do Ensino de Engenharia em Portugal (1961). Anualmente, realizavam-se conferências, concertos, semanas culturais, saraus e baile de gala.

Outros cinco pavilhões são os de minas, de química, de física e de máquinas, de eletricidade e o das Oficinas de Instrumentos de Precisão, de serralharia e de carpintaria.

A completar, num espaço gerido pela AE, um ginásio e uma piscina.

Alguns anos depois é autorizada a exploração das oficinas do IST por entidades particulares, devendo o diretor do instituto propor, em cada caso, as condições de adjudicação.²⁵ Quanto aos dois equipamentos desportivos referidos e aos serviços prestados pela AE deve o instituto muito do seu renome nos círculos estudantis lisboetas.

Desde finais do século XIX que a ideia de vida saudável associada ao exercício físico e à

higiene se banalizara. Alfredo Bensaúde e outros da sua geração sempre a defenderam pensando que a robustez física era condição para seguir com proveito a profissão de engenheiro. Tirando consequências, em 1918, a comissão interna encarregada de elaborar o programa dos exames de admissão à primeira matrícula pretende solicitar um médico à Repartição de Sanidade Escolar para implementar a exigência de uma inspeção médica prévia ao ato de aceitação de matrícula. Mais realista, com a pneumónica bem presente, Valério Vilaça propõe adiamento por um ano e que se mantenha o tradicional atestado médico. Mas o médico escolar residente virá com o tempo e com utilidade reconhecida. Demonstra-o, em outubro de 1931, a rapidez com que o CE, perante o pedido de exoneração de dr. Tomás Gabriel Ribeiro, aprova para substituto no cargo e professor de educação física o dr. José Espadinha Rocheta.²⁶ Temos aqui em associação perfeita, a medicina e a educação física, tão cara às ideologias da Primeira República e do Estado Novo.

Era, pois, oferecido aos alunos da Boavista um embrião de exercício gimnodesportivo orientado por um professor com o vencimento suportado pelo orçamento do Estado. Porém, a comparação com os liceus projetados por Ventura Terra e construídos na primeira década do século XX, que se distinguiam pelos amplos espaços destinados à prática desportiva, tornava mais premente a existência de uma instalação condigna numa escola de ensino superior. Aliás, a sua inexistência era constrangedora visto que a legislação desde há muito, pelo menos 1918, a contemplava.

Aspiração diferida tanto que ainda em 1935 a academia se lamentava por não haver no panorama da Universidade de Lisboa um único *court* de ténis, uma única piscina, um único campo de jogos. *Parecemos ter esquecido que uma boa atividade mental tem a mais segura base numa boa atividade física* dizia Manuel Valadares numa palestra, dirigida aos alunos da Faculdade de Ciências de Lisboa e publicada na revista Técnica. Em breve este cenário vai mudar e, até à inauguração do Estádio Universitário, as instalações desportivas do instituto não vão ter rival à altura.

Embora a utilização das instalações se estendesse a outros públicos, o ritmo de progressão da prática gimnodesportiva no IST entreve-se preferencialmente nos relatórios dos seus usufrutuários naturais, o Grupo Desportivo da AE. Através deles se conhece a diversidade de desportos oferecidos e se vê a lentidão inicial devida, quer às circunstâncias do tempo, quer também à demora na conclusão das obras e a erros de concepção verificados.

Por exemplo, referindo-se ao mau ano de 1941–42, o Grupo Desportivo elenca uma série de fragilidades em várias modalidades desportivas. Na natação faltou o aquecimento da piscina que dependia das obras de aquecimento do IST; no hóquei em patins, a iluminação do ringue de patinagem, coisa impossível de conseguir com a proibição da compra de material elétrico nestes anos de guerra; no ténis e no tiro, igualmente por falta de material, houve redução de atividade. Mas, mais lamentável, o atletismo – a modalidade que é o melhor índice de uma AE – que dependia da remodelação do campo de jogos que, como está, *é tão agradável à vista como pouco próprio para a prática do atletismo.*²⁷ Igualmente pouco praticados por falta de instalações, o futebol, o andebol, e o rugby.

Outras atividades em espaço coberto compensaram a falta de brilho das anteriores: a esgrima, progrediu muito e, em 1947 o ginásio do IST pôde acolher o torneio luso-espanhol da modalidade; no vólei, tendo saído o seu fundador, mantiveram-se os títulos; no xadrez, mostrou-se uma secção com pouca atividade interna mas brilhante externamente e na ginástica, com um aumento de frequência significativo, estudava-se a possibilidade das aulas se inscreverem, oficialmente, em horas a ela destinadas e não apenas em horário pós-letivo.

A direção do Grupo Desportivo da AEIST que se confessava impotente para solucionar o mais grave problema, o do campo de jogos, esperava, contudo, no decurso de 1943, resolvê-lo com a ajuda voluntária do eng. Almeida e Brito que já tinha concluído um projeto com essa finalidade. Pela mesma altura, outro grupo da AEIST, a Secção Cultural, queixava-se de deficiências no ginásio que dificultavam a realização de um ato, desta vez, não desportivo.



Hóquei em patins.

Fonte: Pasta avulsa no AAEIST.

Fotografia: Miranda, data não determinada.

O que a preocupava era o problema acústico. O espaço não tinha a qualidade desejável para uma utilização diferente da originalmente pensada, mas que passara a ser encarada com naturalidade – no caso, um concerto de música coral dirigido pelo maestro Ivo Cruz. Também neste caso, é nos recursos humanos internos que encontram a solução: Hidalgo Barata, colega do curso de engenharia eletrotécnica, após cálculo prévio, concluía que de uma sala, *acusticamente disforme* havia possibilidade de se chegar a resultados quase satisfatórios.²⁸

Eram os acertos inevitáveis numa obra de dimensão extraordinária e que catapultou inevitavelmente o seu autor para o primeiro plano da arquitetura portuguesa.

Porfírio Pardal Monteiro não era um desconhecido. Dois anos mais velho do que Duarte Pacheco, tinha a preparação prática da sua origem familiar – canteiros e mestres de obras na região de Sintra e Mafra onde possuíam importantes explorações de mármore que Porfírio

utilizará largamente –, e a habilitação académica obtida com o curso superior de arquitetura da Escola de Belas Artes. Discípulo de Ventura Terra, em 1923, assinou o projeto para a construção da igreja da Missão Adventista do Sétimo Dia em Lisboa e, já nesse mesmo ano de 1923, foi distinguido com o primeiro, de vários (1923, 1928, 1929, 1939 e 1940), prémios Valmor. Em 1928, quando trabalhava o grande projeto do Instituto Superior Técnico, foi inaugurada uma outra grande obra pública sua, a estação ferroviária do Cais do Sodré, que bem *demonstra as habituais preocupações urbanas do arquiteto* (Toussaint 1994 p. 266).

Nas décadas de 30 e 40, num universo de arquitetos notabilíssimos, Pardal Monteiro ocupou cargos de direção ou desempenhou funções consultivas em inúmeros conselhos, comissões, juntas nacionais. No mesmo período, empenhou-se, em Portugal e no estrangeiro, nas organizações profissionais dos arquitetos e colaborou nas reformas de ensino das belas artes e

do curso superior de arquitetura. O mesmo envolvimento em ciclos de palestras formativas para operários e numa aprofundada reflexão sobre o *métier* de arquiteto e a sua circunstância: a defesa da dignidade da profissão, a colaboração entre arquitetos e engenheiros, a luta por uma expressão nova na arquitetura contemporânea²⁹. Na atividade – e profícua que ela foi (projetos, além dos citados, do Instituto Nacional de Estatística, estações marítimas da Rocha Conde de Óbidos e de Alcântara, ministério das Finanças, Banco de Portugal, Cidade Universitária, Instituto de Medicina Tropical, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, igreja de Nossa Senhora de Fátima, seminários dos Olivais e de Almada) – sempre a concordância da expressão plástica e técnica da obra de arquitetura com os modernos processos e os novos materiais³⁰.

Nesta listagem incompleta da obra de Pardal Monteiro, a que falta, por exemplo, a referência à co-autoria, com Leopoldo de Almeida, do monumento a António José de Almeida inaugurado, em 1941, no Arco do Cego, é possível, considerando a proximidade geográfica ou o destino dos edifícios, estabelecer alguma relação com a encomenda do Técnico. No plano académico, há ainda uma efeméride que liga o *curriculum vitae* de Monteiro ao do grande obreiro do IST, como o próprio arquiteto o considera.

Por auspiciosa coincidência, na sessão já referida do CE de 31 de junho de 1925, foram sucessivamente aprovadas duas propostas de contratação de professores – uma apresentada pelo matemático Mira Fernandes, outra por Álvaro Machado – que vieram propiciar uma colaboração destinada a grande sucesso.

O primeiro proposto, *espírito brilhantíssimo*, que viria, como professor interino, encarregar-se da regência de matemáticas gerais, aliviando o mestre assoberbado pelo número desmesurado de alunos que frequentavam as suas cadeiras, era Duarte Pacheco engenheiro eletrotécnico pelo IST; o segundo, oriundo da Escola de Belas Artes, o arquiteto Porfírio Pardal Monteiro, promovido a chefe de trabalhos por ser de *boa justiça retribuir os bons serviços* por si já prestados enquanto primeiro assistente da 15ª cadeira.

Mas há uma outra coincidência temporal entre os responsáveis pela administração direta da obra. Para ser justo, os *operacionais* do Técnico

são os dois citados e José de Mascarenhas Pedroso Belard da Fonseca. No mesmo dia em que Duarte Pacheco passou a *catedrático* (tinham também a mesma idade), Belard da Fonseca foi proposto para professor interino das cadeiras de resistência de materiais e de estabilidade e pontes.³¹

Eram as cadeiras do professor António Vicente Ferreira e era um setor com créditos tão firmados que Bensaúde não recrutara nenhum estrangeiro para o curso de civil. A qualidade dos profissionais portugueses resistia, mesmo num período, finais de 1920, em que se experimentavam novos sistemas de edificação e novos materiais. Materiais com incidência na estrutura da obra e condicionantes da própria expressão plástica (cf. Quintela 1986).

Belard da Fonseca foi o responsável pela parte estrutural dos edifícios e o engenheiro português que nacionalizou o nome do recente material de construção, o *beton*. Em dezembro de 1930, avalizado por parecer de Vicente Ferreira, Francisco Henriques e Raul Mendonça, o Conselho requereu ao governo a sua nomeação para professor ordinário.

Duarte Pacheco, que reagira mal à ideia de anexar logo no princípio, em 1927, o nome do arquiteto Pardal Monteiro à comissão executiva das obras, em breve se deixou conquistar pelo talento do então chefe de trabalhos práticos do IST e, quando regressou à direção da escola, em 1936, depois da primeira experiência ministerial nas Obras Públicas, vai apadrinhar a sua progressão na carreira académica.

Naquele ano, em novembro, foi proposto no CE que o ainda chefe de trabalhos se encarregasse interinamente da regência da cadeira de arquitetura e que logo de seguida fosse considerada a hipótese do seu provimento efetivo³². A decisão a tomar requeria prudência, pois envolvia outras vagas e uma cadeira afim, parte da geometria descritiva a atribuir a Ferreira de Almeida. Perante provável suscetibilidade de civil, o diretor defendeu que se deveria aguardar que Pardal Monteiro apresentasse, já como interino, o programa da cadeira para apreciação da comissão pedagógica do curso ou de uma comissão especial de três professores. Por si, Pacheco tinha a convicção de que *dado o merecimento notável do referido arquiteto, esse programa virá a*

merecer plena aprovação e que CE deliberaria a sua nomeação como professor ordinário.³³

O beneplácito de Duarte Pacheco não era despreciando. A intervenção pessoal dos dirigentes nos rumos da arquitetura e do urbanismo era relevante nos anos 30. Ainda o era na década seguinte, se bem que, então, a burocracia já tendesse a prevalecer sobre a *política iluminada característica da atuação de Pacheco ou Ferro* (Portas 1982 p. 40).

Entretanto, desde 1927, com as primeiras escavações e movimentos de terras, até 1941, em que se dá por concluída a obra contratualizada com Pardal Monteiro, dispendeu-se a quantia de 27.963.108\$48.³⁴ Quanto às receitas que permitiram levá-las a bom porto, uma, a venda de ervas, ainda proveio dos famosos terrenos

agrícolas do Arco do Cego. Outras, foram, 4800 contos da CGD, 4600 da venda de terrenos e 730 do orçamento do Estado. Cobriram os cerca de 6000 contos de obras efetuadas neste período e a amortização de cerca de 3600 contos à entidade bancária financiadora.³⁵

Em final de 1942, o arquiteto ainda foi encarregue da direção artística dos jardins do IST mas, coincidindo com a entrada num período em que os orçamentos são mais reduzidos, as realizações mais modestas e em que as *obras de arte da engenharia* ganham protagonismo sobre as *obras de arte da arquitetura*,³⁶ as relações entre os dois homens também se deterioraram.

Vai aproximá-los um mesmo destino trágico: Duarte Pacheco morre, em 1943, num desastre de automóvel no Alentejo; Pardal Monteiro suicida-se em 1957, em Lisboa.

A hora dos engenheiros

Duarte Pacheco, o protagonista desta saga, deve o começo da sua carreira fulgurante às circunstâncias que rodearam a luta e o triunfo dos estudantes do ensino superior técnico pela dignificação do título da profissão escolhida.³⁷

O ano letivo de 1925–1926, um ano horrível de sobrecarga de trabalho que extenuou o diretor Ferrugento Gonçalves, permitiu-lhe revelar as qualidades de dirigente e de organizador que depois evidenciou ao longo das duas décadas cruciais para a afirmação do papel do engenheiro na organização social moderna. Abrindo caminho à eleição de Duarte Pacheco para diretor do IST, Ferrugento Gonçalves, que se queixava de já nem conseguir ir dar as suas aulas à *Naval* e de não recuperar do esgotamento mesmo com duas licenças entretanto gozadas, reconheceu, com os seus pares do CE, que a solução dos problemas *exige uma ação contínua e uma orientação persistente* e que *quem começa deve continuar*.³⁸

Preveniam-se, portanto, as sequelas, mesmo após uma batalha ganha. O problema do ensino técnico em Portugal continuava na ordem do dia e outras instâncias discutiam-no recorrendo, inclusivamente, à competência de professores do IST.³⁹

Com efeito, a legislação que, em 1926, definiu o modo de obter o título de engenheiro e as

sanções a aplicar aos que cometessem infrações *na parte relativa ao uso de títulos*, não encerrara o processo. Este arrastou-se, por muito tempo, nos fóruns próprios e, por muito mais tempo ainda, na mentalidade coletiva. *A hora dos engenheiros* – para usar a expressão colhida de uma rubrica habitual da revista da AEIST, *Do Mundo Técnico*, que, por sua vez a transcreve de uma conferência proferida, em 1935, pelo decano da Faculdade de Ciências Exatas de Buenos Aires –⁴⁰ só irá soar na década de 40. Até lá, a questão discute-se nas Américas e na Europa. Nesta, já em 1926, no auge da greve dos alunos, Charles Lepierre informara que em França estava também aberta a questão da proteção ao uso do título e, ainda em maio de 1934, em Barcelona, o 4º Congresso Internacional de Ensino Técnico, que se centrou sobre os diplomados pelo ensino técnico superior, aprovou uma resolução justamente sobre o mesmo. A bem dizer, ainda na viragem do milénio a questão não está completamente esclarecida, mas isso é outro horizonte que não vem agora ao caso.

Em Portugal, duas idiossincrasias nacionais – a sobrevalorização da cultura humanista e do trabalho intelectual *versus* cultura técnica e trabalho manual e o gosto por formas de tratamento de deferência – vão continuar a alimentar e a dar dramatismo à pretensão, mesmo

após o decreto governamental ter satisfeito os estudantes em greve e ter reservado às faculdades técnicas o direito ao uso do título de engenheiro, disputado pelos diplomados dos institutos industriais.

Estava definido *quem* podia usar aquela designação profissional, faltava agora garantir *como* usá-la socialmente. Era o que insinuava, ainda em 1929, José Queiroz Vaz Guedes um dos participantes nas greves de 1925 e o primeiro diretor da revista da AE – os engenheiros estão, afinal, *longe do apogeu que o futuro lhes reserva*. Conquistado o estatuto jurídico faltava a consagração social, o reconhecimento público, o *status*.

Neste combate os estudantes não estão sós. Uma das vozes que se ergueu com maior veemência, foi a de J. E. Dias Costa, decano dos engenheiros químicos e membro da AECPC (Costa J E 1928 p. 238–248). Fora um dos antigos alunos do IST, no tempo da *atmosfera candente da Grande Guerra*, sobre quem recaiu a responsabilidade de combater a indiferença e até a hostilidade com que a sociedade recebeu o instituto. Muito participativo, colaborou no primeiro número da revista da AE, *Técnica Industrial*.

Confessa que no seu percurso pessoal sempre se preparou para vencer e não se submeter a um mísero emprego subalterno ou burocrático. Apela, pois, a que, num momento em que a hora era dos fortes e em que ter um título prestigiado trazia vantagens morais mas também, *um valor fiduciário indeterminado* associado, toda a classe calculasse friamente a ação a desenvolver para defender as conquistas obtidas. Se, graças ao sacrifício dos estudantes, que tinham perdido um ano para *galgar aquele desnível social*, a classe dos engenheiros fora provida dum título definido na jurisprudência e consagrado no elevado nível social dos títulos universitários,⁴¹ chegara a hora de forçar a normalização do seu uso, nos diplomas do Estado e nas leis de cortesia da sociedade.

Explica que os graus universitários foram sempre tidos como dignidades, como uma denominação honorífica, como qualificativos aristocráticos e não como habilitações profissionais e que não havia nenhuma disposição que excluísse o título de engenheiro das prerrogativas que pertenciam aos outros títulos universitários.

O Estado republicano tinha abolido a nobreza, mas substituiu-a pelo conjunto dos melhores valores nacionais. A esta elite reconheceu os títulos de bacharel, licenciado e doutor, submetendo-se ele próprio ao cumprimento das antigas leis relativas ao tratamento distinto.

Em Portugal, argumenta com pragmatismo, em que *é de antigo estilo e uso corrente tratarem-se por ele todas as pessoas dotadas de um título, a primeira manifestação de respeito por um indivíduo é a transformação do nome do seu cargo público ou profissão em título*. Este uso da gente portuguesa não deriva de interesses pecuniários ou materiais e não é vaidade, mas brio, dever de honra e sentimento da própria dignidade moral. E numa época em que a fachada é quase tudo, numa época febril que nada aprofunda, constata-se que o prestígio alcançado pelos mais distintos engenheiros não ultrapassava, para o grosso da população, um qualquer jovem bacharel, apenas saído da faculdade, mas já provido do título de doutor.

Entre nós, ser-se só sr. Fulano (e cita Eça) é uma vergonha social e os possuidores de títulos tomam-no como impertinência e não toleram essa omissão nas formas de tratamento. Não serem os engenheiros chamados pelo seu título equivalia a remetê-los para a massa anónima, para os planos inferiores da hierarquia social, com efeitos graves na valorização pecuniária da profissão.

A irritação de Dias Costa vinha-lhe de o *Diário do Governo* ignorar sistematicamente o título legítimo dos engenheiros. Sendo apenas referido como emprego público, na aceção de profissão, e não incorporado no nome civil e antecedendo-o, o efeito útil da legislação publicada ficara inutilizado. Também os jornais faziam letra morta dos decretos e referiam-se-lhes como *eng^o senhor F.* ou, outras vezes, mais simplesmente ainda, o *Sr. F.*

No limite, é uma notícia no *Diário de Notícias*, a propósito de sessão solene no IST, com a presença do presidente da República para inaugurar a exposição de um monumental projeto de irrigação muito honroso para a engenharia portuguesa, que acabou por o pôr fora de si. E relata o caso:

– *Aquele periódico consagrou duas colunas a essa solenidade e, às tantas, informou os seus leitores de que o Senhor Pacheco se levantou para discursar, !O Senhor Pacheco!...*

[Esse jornal que nunca se esquece de um título]

Só para o Diretor do Instituto Superior Técnico, da Faculdade de Engenharia de Lisboa, não há uma deferência condigna da sua elevada posição social. Não há para ele o mafarrico dum titulozinho de Engenheiro.

!É o Senhor Pacheco!...

Nem mais. Nem menos.

(Costa, J E 1928 p. 244).

O desconforto sentido com a dificuldade da sociedade portuguesa em incorporar no seu código de distinção a designação de engenheiro ainda, em 1944, era referido por Ferreira Dias. Num outro contexto e já com as questões de defesa da classe na alçada da Ordem dos Engenheiros, continuava a explicá-lo com o desdém de Aristóteles pelas artes mecânicas e com o âmbito muito limitado que, por atavismo, a cultura técnica tinha entre nós (Dias 1944 p. 976)⁴².

Mas, e o instituto, na sua face mais institucional – o CE – e para além da preocupação com a dignidade da escola e o prestígio social dos seus diplomados? Qual foi o tempo e a intensidade de reação do CE, considerando que com a república se reforçara a importância dos recursos culturais (neste caso a posse de um diploma de ensino superior) como uma das condições de acesso aos cargos dirigentes e, para muitos dos alunos do instituto, o único recurso convertível em bens económicos (Grácio 1998 p. 87).

Os membros do CE e a direção do IST gozavam pessoalmente de uma consideração e distinção social a que o título de engenheiro nada acrescentava e, em rigor, na *era de Bensaúde*, os primeiros diretores, com consulados longos, não o seriam ou pelo menos não o usavam.

Alfredo Bensaúde vinha da universidade alemã e pertencia-lhe o título de doutor. Em Ferrugento Gonçalves prevalecia o seu título de general (Ferreira Dias bem se lembrava da sua farda de militar enquanto professor na Boavista ...) (Dias 1963 p. 299), apesar do curso na

Escola do Exército lhe dar direito ao reconhecimento da qualidade de engenheiro e de ter sido aluno do Técnico e, nessa qualidade, assinado artigos na *Técnica Industrial*. Caetano Beirão da Veiga era homem da contabilidade e das finanças mais referido como professor e diretor do Instituto Superior de Comércio.

Aliás, um exercício interessante é a observação da lista das habilitações académicas do corpo docente do IST elaborada por Bensaúde, em 1922 (Bensaúde 1922 p. 139).

Dos 27 professores com assento no CE, ele próprio é doutor, pela Universidade de Göttingen, assim como outros 4 professores.

Destes 5, 3 são estrangeiros e só 1 adquiriu o título em Coimbra.

Há depois 14 elementos classificados de *engenheiro*.

8 deles adquiriram o título em escolas estrangeiras, 5 na Escola do Exército e 1 no antigo Instituto Industrial e Comercial de Lisboa.

Seguem-se os diplomados, 1 pela Escola Politécnica, 1 pela Escola do Exército, e 3 pelo IICL (dos quais 1 foi, apenas, *antigo discípulo*).

Há ainda mais 3 professores com outras formações: 1 médico, 1 arquiteto e 1 licenciado em direito.

Habilitações académicas diferentes, competências profissionais e pedagógicas consideradas equivalentes para o efeito.

Todos estes elementos do Conselho, co-optados na sociedade civil ou herdados de instituições do tempo da monarquia, estavam bem inseridos em ambientes sociais prestigiados onde as formas comuns de tratamento eram preferencialmente *senhor* e *vossa excelência*.

Senhor era a forma digna dos parlamentares da monarquia e da república se tratarem e, por arrastamento, também para os membros do governo havia parcimónia na utilização de designações profissionais ou académicas e abuso na de *excelência*. Aconteceu assim com os professores do Técnico que foram ministros quando não tinham direito ao título concedido pela universidade. É, por exemplo, o caso do senhor Vicente Ferreira, em 1921.

Era também nesses termos que a redação da revista da AEIST se dirigia, em 1926, ao recém eleito presidente da AEIST, José da Veiga Lima, felicitando *S. Ex^a pela justa homenagem, etc.*, ou

que noticia que *sua excelência* (o próprio diretor da revista) partiu para férias acompanhado de sua mãe, ou, ainda nos inícios dos anos 40, o velho prof. António Vicente Ferreira dirigindo-se à direção da AE que lhe solicitara colaboração. Mesmo em 1960, o diretor Luís de Almeida Alves referia com o maior respeito um trabalho da primeira professora no IST, *Senhora Assistente Eng^a D. Isabel Gago*. São formas sobreviventes de um tempo em que, nos códigos de linguagem das elites, o título profissional não ofuscava os antigos termos de deferência muito dignificados. Simultaneamente denotavam a educação superior de quem os utilizava.

Mas os alunos que chegaram ao ensino técnico superior depois da proclamação da república não gozavam, na sua maioria, da consideração social desejável a um novo pessoal dirigente.⁴³ Faltando-lhes o prestígio de um nome ou da riqueza, tentavam impor *como a fonte dominante do poder* a detenção de património cultural, na sua expressão escolar mais prestigiosa (Grácio 1998 p. 87 e segs). Esta é a chave para a compreensão da importância globalmente atribuída ao ensino superior pelo novo poder; foi essa a imagem de marca da república que, aliás, foi bem compreendida, e correspondida pela procura.

A *hipertrofia* do ensino superior, em que se integra o ensino da engenharia, é uma dimensão do *meritocratism* republicano de fundamento escolar (Grácio 1998).

Nas primorosas atas do CE, João Correia da Silva, o secretário que as redige entre 1918 e 1942, não sentindo pressão dos seus superiores hierárquicos, só lentamente se habitua à nova terminologia. Mesmo depois de 1926, os nomes dos professores presentes são precedidos da indicação de senhor e, um grupo minoritário, de doutor. Nos inícios do instituto, são apenas Bensaúde, os professores estrangeiros e poucos mais que vinham da universidade (Mira Fernandes, Lino Neto...).

Nas atas escreve-se pela primeira vez *professor engenheiro Mendes Leal* em março de 1929⁴⁴ mas, a intitulação para a generalidade dos vogais, só se torna de uso corrente a partir de novembro de 1930. Quanto a *S^a Exc.^a o Diretor professor Duarte Pacheco* é, pela primeira vez, também engenheiro, a 5 de dezembro de 1929.

Este aparente alheamento não deixa de ser sentido pelos estudantes que num artigo, assinado por Castro Cabrita sobre as exposições de trabalhos no final do ano escolar de 1925, assinala que, enquanto se movia lá fora uma campanha surda de descrédito do IST e os poderes públicos estimulavam o comodismo de um curso menos longo e mais fácil, o CE do IST, por carência de uma atitude enérgica, chegava a desamparar a mais legítima aspiração dos seus alunos, a intangibilidade do seu título de engenheiros (Técnica, dez. 1925, p. 43) É ele mesmo, então diretor da revista, que em fevereiro de 1927 assina os seus artigos como eng^o Castro Cabrita.

São aspetos exteriores e superficiais da questão mas que, ainda hoje, marcam negativamente as famílias e condicionam os estudantes nas suas opções escolares. Mas mesmo na essência das coisas, que remetem para a constituição dos engenheiros como grupo profissional e o ensino da engenharia na definição do engenheiro, há algum constrangimento do CE quando a qualidade de professor do IST pode conflitar com a de professor do Instituto Industrial de Lisboa.

Aconteceu, em março de 1922, quando a AE se movimentou contra previsíveis prejuízos acarretados pela confusão entre *engenheiros pelo Instituto Industrial de Lisboa* e *engenheiros pelo Instituto Superior Técnico* e pediu que o CE do IST procurasse, junto do CE do IIL e das instâncias oficiais, evitar que essa nomenclatura fosse adotada. A delicadeza do assunto residia no facto do presidente do CE do IIL Francisco Maria Henriques, que ponderava a hipótese *engenheiros auxiliares* para os alunos do seu instituto, ser um vogal do CE do IST⁴⁵. Ou depois em julho⁴⁶, quando a AEIST pede providências contra o projeto de lei que confere a alguns oficiais de artilharia o diploma de engenheiros químico industrial e é Vicente Ferreira, formado em engenharia na antiga Escola do Exército e professor da mesma, que faz parte da comissão encarregue pelo CE de se opor ao projeto, nomeadamente quando se tratar do caso no parlamento.

Castro Cabrita não teria razão. Nem Dias Costa, que também o insinua, ao lembrar o fracasso do IST quando, anos antes, não tinha conseguido evitar a concessão do título aos

condutores de obras públicas. Apesar dos me-lindres referidos, o CE, sem que esses esforços tivessem sido compensados, empenhara-se a favor dos seus alunos – e afinal, o IST não fora criado com o intuito mesmo de fornecer ao país engenheiros? No auge da greve académica, a 6 de fevereiro de 1926, perante mais uma proposta de representação ao congresso, o ceticismo do Conselho (parecia-lhe inútil a diligência quando já tinha feito duas representações sem êxito) foi quebrado por Mira Fernandes. Este declarava--se confiante no trabalho desenvolvido por uma comissão parlamentar nomeada para estudar o assunto e que tinha a vantagem de não ter representantes de todas as escolas que tinham reclamações pendentes.

Mais se empenhou o Conselho em 1932, e novamente sem consequências, quando lhe foi pedido parecer sobre um outro projeto de decreto regulamentando a profissão de engenheiro. A incumbência, que transcendia agora a questão do uso legal e do uso social de um título, provocou grande discussão e conduziu à constituição de uma comissão com representantes de cada um dos cursos: Francisco Henriques, de civil; Herculano de Carvalho, de química; Ferreira Dias, de eletricidade; Mendes Leal, de mecânica e Amílcar de Jesus, de minas. O parecer é, 20 dias depois, apresentado, aprovado e, os mandatos louvados pelo *alto valor do seu trabalho*.⁴⁷ Porém, em dezembro do ano seguinte, Ferreira Dias informa os colegas de que a AECP andava, ainda, estudando um projeto de regulamentação do exercício da profissão... Foi indigitado delegado do IST na associação.⁴⁸

Em 1947, no CE Ferreira Dias retomou o assunto.⁴⁹ Pedia ao colega, prof. Belard da Fonseca, então presidente da Ordem dos Engenheiros, que insistisse por uma rápida regulamentação da profissão. O interpelado esperava que a ordem, concluído o processo, o viesse a apresentar em breve, no Congresso de Engenharia, a realizar no Porto.

Nem essa sede encerra o debate sobre o título profissional. Recorrentemente volta porque o vocábulo cobre situações diferentes na cultura europeia e noutros continentes e porque também não há um entendimento unívoco sobre o significado da palavra engenharia. Por exemplo, ainda em 1980, no grande congresso

comemorativo do cinquentenário da UTL, realizado no IST, se colocou novamente a questão da justificação da correspondência rígida entre grau académico e categoria profissional a propósito do enquadramento do ensino superior politécnico⁵⁰ e, mais próximo, com o ónus para a ordem, a propósito do reconhecimento de habilitações obtidas em cursos de engenharia recentes.

Voltando atrás, ao primeiro quartel do século XX, e a ser verdade que o título é o timbre da contrastaria social portuguesa (Costa, J E 1928 p. 244), a crise académica de 1925–26 representou um salto qualitativo na ascensão dos engenheiros no país e, também, na sua visibilidade no campo mais vasto da cultura, nomeadamente na literatura e na política.

Fernando Pessoa, algures nos começos da Grande Guerra, descobre um discípulo a Alberto Caeiro, esse poeta bucólico que inventara (conta ele, sempre atento ao calendário) no dia 8 de março de 1914. O discípulo, um indivíduo que lhe surgiu *impetuosamente*, era o engenheiro naval Álvaro de Campos: *Num jato, e à máquina de escrever, sem interrupção nem emenda, surgiu a Ode Triunfal de Álvaro de Campos – a Ode com esse nome e o homem com o nome que tem*.⁵¹

Álvaro de Campos nasceu em Tavira, a 15 de outubro de 1890 e, feito o horóscopo, parece que por volta da uma e meia da tarde. (A analogia com Duarte Pacheco seria engraçada mas é falsa, pela data precoce da invenção do poeta). Aprendeu latim com um tio avô beirão que era padre e *lhe instilou um certo amor às coisas clássicas*, frequentou normalmente o liceu em Portugal e, por pequena diferença, não cursou o IST. Estudou engenharia mecânica e depois naval em Glasgow, visitou a Irlanda e o Oriente. Em 1919, veio de férias a Lisboa quando trabalhava como engenheiro naval na firma Forsythe em Newcastle. Regressado ao país, em data incerta, teve, provavelmente, de pedir ao IST equivalência das suas habilitações, já que foi nomeado diretor das Obras Públicas de Bragança e, em seguida, destacado para estudar o troço da estrada de Guimarães à Lixa (*que depois foi toda alterada por um reles condutor*).⁵² Influenciado pelos futuristas louva a civilização moderna, o progresso e a técnica triunfantes.

Álvaro de Campos, mesmo *fingindo* (*sou um técnico, mas tenho técnica só dentro da técnica*), é protótipo de um tipo social.

Fisicamente era forte e um pouco *dandy*, cumpria a moda; gostava de ter crenças e dinheiro; frequentava com os pares conferências da especialidade, era o engenheiro, o civilizado, o educado no estrangeiro. Era um homem da técnica mas com um fundo de humanidades.

Em 1933, descreve o seu quotidiano:

*Traço, sozinho, no meu cubículo de
engenheiro, o plano,
Firmo o projeto, aqui isolado, (...)
Ao lado, acompanhamento banal-
mente sinistro,
O tique-taque estalado das máquinas
de escrever
(Fernando Pessoa, 1983, p. 323).*

Com a morte do criador, final de 1935, a criatura esvaeceu-se. Mas esse é o tempo de uma viragem significativa na política educativa do Estado Novo e o do começo de uma fase que se estende até quase a meio do século.

No início de 1936, Carneiro Pacheco assume a pasta da Instrução Pública que tutelava o IST e, em abril, estabelecia as bases da organização do ministério. Passava a designar-se de ministério da Educação Nacional, adequando-se o nome ao novo entendimento do papel e da finalidade da escola. Reforma particularmente virada para os ensinos primário e secundário é aqui trazida pelo que a linguagem utilizada mostra da importância adquirida pela instrução técnica e pelos principais frutos dessa mesma – os engenheiros – nas representações mentais dos portugueses (Monteiro 2008 p. 256).

A terminologia tem paternidade e data de nascimento: o chefe do Governo e ministro das Finanças Oliveira Salazar, no discurso de 28 de janeiro de 1934 dirigido à academia nacionalista integrada na Associação Escolar Vanguarda (Salazar 1961 p. 306).

Foi um discurso em que caracterizou a escola como a *sagrada oficina das almas, sobretudo a Universidade, a fábrica espiritual portuguesa, que há-de educar os homens para governarem e serem*

governados, e fazer a própria ciência do governo (Ibidem).

Estava dado o mote, em breve, os educadores serão os *engenheiros das almas* (Monteiro 2008 p. 259) ou os *engenheiros do espírito*. *A oficina, a fábrica, os engenheiros ...* – apesar de, ou por causa de, sagrada, espiritual, e das almas – denunciavam um tempo em que estas denominações gozavam de estima social. Na década de 1930, o engenheiro tinha claramente deixado de ser uma *criatura anónima* como rezeira Dias Costa. As metáforas assim o atestam.

Com efeito, para o Técnico, a atribuição às faculdades de engenharia da concessão do grau de licenciado e do respetivo diploma (decreto nº 11988) e, poucos anos volvidos, a conclusão do complexo escolar, representaram uma projeção inegável com tradução no plano do simbólico. Os seus alunos passaram a usufruir, simultaneamente, das mordomias reservadas aos estudantes universitários, pressuposto do seu estatuto futuro, e dos constrangimentos sociais correspondentes – serviços e tratamento de distinção dentro da própria escola, baile de gala de finalistas, submissão ao *dress code* do casaco e da gravata, relacionamento cerimonioso e distante com as colegas que passaram a frequentar o instituto.

Por seu lado, a evolução da política económica num sentido mais industrialista contribuiu também para um maior apreço pela cultura técnica e, por simpatia, pelos técnicos superiores da produção e pelas escolas superiores técnicas. Assim, as décadas de transição de 1930–40 do século XX são anos de afirmação do engenheiro, da engenharia portuguesa e da escola de engenharia de Lisboa. Foram-no ainda mais quando a eletricidade e a indústria lograram posição de vanguarda.

Cuidados especialíssimos à formação de engenheiros e cientistas

Por ocasião da morte de Alfredo Bensaúde, em 1941, os testemunhos dos que refletiram sobre a sua obra e o seu legado salientaram a repercussão que teve no ensino da engenharia e na melhoria da economia nacional o *amor pela ação* que incutiu no instituto enquanto o orientou (Carvalho, J H 1941, p. 122).

A nova estrutura de ensino, assente no contato dos alunos com a realidade e na consagração do valor dos trabalhos práticos – os homens de fato de ganga – foi o melhor da sua herança e imprimiu carácter indelével à escola (Carvalho, J H 1941 p. 225).

No plano curricular e regulamentar, a reforma de 1921 permanecia adequada em 1940, ou pelo menos não se conseguia uma melhor que a substituísse e vai estar em vigor por mais uma década e meia. No plano estatutário, o instituto fazia agora parte da Universidade Técnica que agregara as escolas superiores que não tinham sido integradas na Universidade de Lisboa, após a proclamação da república. No plano da articulação entre os dois corpos constitutivos da comunidade universitária – alunos e professores com sua hierarquia académica e funcional – a harmonia e a colaboração superavam internamente as divergências no que ao ensino e à formação técnica dos alunos dizia respeito. Nesta fase, até à década de 60, as tensões, ou mesmo a oposição nos momentos fulcrais em que o movimento estudantil engrossou, incidiram principalmente sobre aspetos da organização do ensino imputados ao ministério da Educação. Mesmo quando o ministro (Francisco Leite Pinto) era um prestigiado professor do instituto, as razões da agitação relacionaram-se, como sempre, quando marcadamente académicas, com a questão da autonomia.

A integração na universidade fora dolorosa para aqueles que tinham desenvolvido a sua vida profissional na mística da autonomia inculcada na escola. No Conselho não queriam acreditar que esta nova realidade acabasse por se impor.

Diga-se, em abono da verdade, que também não tinham sido recebidos com agrado os decretos 13717 e 13718, de junho de 1927, com o

projeto de transferência do ensino técnico para o ministério da Instrução. Nos dois anos seguintes sucederam-se as representações enviadas salientando as desvantagens da medida e a formação de uma frente comum de protesto constituída pelos três institutos superiores técnicos, o Instituto Superior de Comércio, o Instituto Superior de Agronomia e o IST. Perante a intransigência governamental, não perderam a face aprovando uma moção protestando por não terem sido atendidas as suas representações.⁵³

Depois os acontecimentos precipitaram-se. Numa sessão de outubro de 1930⁵⁴, o CE foi informado pelo presidente, Duarte Pacheco, de que fora chamado ao ministro da Instrução que lhe comunicara o projeto de criação de uma Universidade Técnica em Lisboa. Quase todos os vogais presentes (Aboim Inglês, Adrião de Sequeira, Fleury, Apolinário, Ferrugento Gonçalves, Mendes Leal, Vilaça, Amilcar de Jesus, Ferreira Dias, coronel Pereira Gonçalves, Lepierre, Raul de Mendonça, Francisco Henriques e Beirão da Veiga) se pronunciaram e, por unanimidade, aprovaram um voto de completa discordância.

Muitos anos depois, um reitor da UTL historia as razões deste descontentamento (Lopes 1986 p. 5).

A integração de escolas sob tutela de ministérios da área económica, numa universidade dependente do ministério da Educação, foi encarada com reservas assentes em preocupações compreensíveis de perda da autonomia relativa que possuíam nos ministérios a que se encontravam ligados. No entanto, defendia, desta integração tinha resultado uma orgânica descentralizada de funcionamento, com larga margem de autonomia pedagógica, científica, administrativa e financeira face à reitoria, que não cercara a adoção de formas diversificadas de vida e de atuação.

No momento da fundação não havia argumentos convincentes e o CE deliberou que todo o corpo docente do IST se dirigisse ao ministro e ao presidente do ministério a fim de lhes pedir que não seja alterada a situação do IST.

Beirão da Veiga, concordando com a diligência, não se associou por fazer parte do professorado do Instituto Superior de Comércio que tinha outra posição.

Um mês depois, 25 de novembro⁵⁵, na ordem do dia em discussão, *criação da Universidade Técnica de Lisboa*, Duarte Pacheco não considerou necessárias as audiências, dado os pontos de vista do presidente do ministério indicarem que o projeto não teria seguimento.

Porém, a situação começou a ficar confusa e, perante a contradição de um diretor geral do Ensino Técnico que o convocou para informar da aprovação do decreto em Conselho de Ministros e, dois dias depois, da marcação da audiência anteriormente pedida ao ministro da Instrução (com a justificação de ainda faltarem assinaturas de membros do governo) o diretor pergunta ao Conselho qual a atitude a tomar.

Os vogais, à exceção de Lino Neto e Beirão da Veiga, embaraçados na sua dupla pertença académica, prontificaram-se a votar uma proposta do general Norton de Matos para que todo o corpo docente comparecesse na audiência marcada pelo ministro e aí manifestasse a sua inteira discordância e, no caso de, como parecia, se tratar de um facto consumado, então que *se lavre por escrito como simples manifestação de opinião, o protesto respeitoso deste instituto, dando-se-lhe toda a publicidade que for possível*.

Há quem, como Beirão da Veiga, estivesse disposto a pedir, a título pessoal, a demissão de professor do IST e há quem, como Lino Neto, procurasse conciliar. Parecia-lhe a autonomia do IST uma condição imprescindível da sua missão pedagógica mas, no que se referia à criação da UTL, havia que esperar e confirmar se o seu funcionamento afetava de algum modo essa autonomia. Na realidade, argumenta, na secção técnica do Conselho Superior de Instrução Pública as escolas superiores que se dizem compreendidas na UTL funcionam conjuntamente, tendo já resolvido por unanimidade assuntos comuns, como o do regulamento dos concursos para provimento de vagas dos professores ou o da colação de graus académicos, sem que ninguém tivesse visto nisso qualquer limitação à autonomia das escolas. Lino Neto advogava que a criação de um bloco técnico servia melhor as necessidades do país do que a dispersão de

esforços, e que seria melhor que se visse onde é que o decreto afetava a autonomia do IST para se corrigir e eliminar esse ponto.⁵⁶

Não convenceu a todos e, apesar de já ter sido publicado o decreto sem, como fora prometido na entrevista, ter sido apreciado de novo em Conselho de Ministros, alguns ainda esperavam um *volte-face* e obter a sua suspensão. Por exemplo, Raúl de Mendonça insistia numa representação evidenciando os graves inconvenientes para o ensino e para a economia nacional onde, em 20 anos de autonomia pedagógica e administrativa, a ação do IST se tinha feito sentir poderosamente ou, Beirão da Veiga que, em alternativa, queria o reconhecido ao IST do direito de sair da UTL, como outras escolas o tinham de entrar.

Ficou Duarte Pacheco encarregue de redigir a representação coadjuvado por Herculano de Carvalho, Mendes Leal e Ferreira Dias. Apresentada no CE, a 22 de dezembro, votaram que fosse entregue ao presidente da República.⁵⁷ Logo depois, o diretor comunicou que fora recebido um ofício indicando o dia e a hora da tomada de posse do reitor!

Consumado o facto, a rotina do instituto reorganiza-se e, entretanto, os estatutos da Universidade Técnica, de 2 de junho de 1931, reforçam a vertente positiva da nova estrutura que potenciava simbólica e efetivamente o papel a desempenhar pelo ensino superior técnico português. Na sua base 1^a, define a UTL como *associação das escolas e institutos superiores que, pelo seu poder de investigação e cultura, além da preparação profissional a que estão destinados se propõem a finalidade superior económica do Estado, estudando os seus problemas mais instantes e pondo consciência na sua ação*.

Nos 25 anos da Universidade Técnica de Lisboa, Herculano de Carvalho, então diretor do IST, convidado a escrever sobre a instituição que dirigia, considerou os receios iniciais infundados e que a UTL se criou *para unir e coordenar esforços e não para diminuir a capacidade de livre evolução das escolas que abrange*. São palavras que antecedem a relação, com breve informação curricular de cada um, de todos os que, em qualquer nível da carreira universitária exerceram funções docentes entre 1930 e 1956. Dos contratados nos anos heróicos do Conde Barão,

a maioria atingiu a idade da reforma durante a Primeira Guerra Mundial mas, no pós-guerra, havia ainda notáveis sobreviventes quer dos nacionais, quer dos estrangeiros convidados por Bensaúde.

A estabilidade funcional que o quadro adotado em 1930 prometia não invalidou que se sucedessem com demasiada frequência tentativas de reforma que as atas do CE testemunham e que a nada levaram. Comentando essa recorrência, Décio Tadeu assegura que o prof. Fleury se aposentara, em 1948, feliz por não ter de se sujeitar a mais uma inútil mudança. Foram planos de reestruturação curricular no final da década de 1920, foi um projeto em 1935, foi um outro discutido um ano depois, em junho de 1936, já no regresso de Duarte Pacheco e com forte envolvimento de Ferreira Dias, mais um outro em 1946–47...

No entanto, estes projetos legislativos emanados da tutela foram ocasião para a escola refletir sobre a sua condição e sobre os seus anseios. Sucedeu assim, por exemplo, em 1941, com um longo parecer sobre o projeto de estatuto do ensino superior remetido pelo ministério da Educação.⁵⁸

Aprovado por unanimidade no CE, o documento expressa claramente os anseios dos órgãos diretivos do IST numa altura em que a escola desfrutava de uma posição ainda relativamente nova. Com efeito, foi a primeira vez desde a integração na universidade que pôde tentar influenciar os decisores e preservar o regime, entre nós excepcional, *em que o instituto tem vivido desde 1911*, mas que, não duvida, ser essencial e quase exclusivo das boas escolas de engenharia internacionais, entre as quais se considera incluído.

Fundamentalmente pretendia manter esse regime de maior autonomia do que o sistema universitário instituído comportava e que lhe permitira gozar de uma liberdade de funcionamento e de organização ímpar. Desejava que o enquadramento pedagógico do percurso académico dos alunos fosse todo da responsabilidade do IST e que houvesse realismo na avaliação de experiências inovadoras, abertura para a criação de novos cursos e para uma maior especialização no ensino da engenharia. Queria, também, um horário letivo mais carregado e exigente, mas o

único que considerava compaginável com as atividades de carácter prático que não dispensava.

Nas considerações gerais que os relatores emitem sobre o plano proposto e suas bases, e mesmo que este não substituísse a designação tradicional de instituto, estava patente o receio com que anteviam no articulado de aproximação do IST a uma faculdade uma ameaça de cerceamento da sua autonomia. Se as estruturas existentes satisfaziam e não se conheciam razões exteriores que justificassem uma mudança tão profunda, não descortinavam as vantagens que daí adviriam. Mais lhes parecia que a origem universitária do ministro (Mário de Figueiredo) o qualificava para que se empenhasse antes na redução da burocracia e, se o achasse necessário, no aperfeiçoamento da fiscalização do Estado sobre o instituto. Olhando ao exemplo maior das grandes escolas dos países progressivos e à *lembrança da nossa autonomia passada, pediam-lhe que restituia às escolas a capacidade de progresso e o sentimento forte das responsabilidades que justificam a sua designação de superiores*.

Na especialidade, o parecer congratulava-se com a adoção do regime semestral e com a criação de mais um ano no curso dos liceus. O primeiro, favorecia a distribuição das matérias pelos cursos e pelos anos escolares; o segundo, teria o efeito de sedimentar matérias essenciais à articulação das cadeiras preparatórias com as da especialidade. Contestava, contudo, a supressão no instituto das cadeiras ditas gerais e a sua lecionação em outra qualquer escola defendendo que, para conferir uma formação *sui generis*, ou seja, essa diferenciação que era o principal objetivo duma escola superior, ser necessário que o curso completo decorresse num mesmo espaço.

A integração desde o início do futuro engenheiro num ambiente próprio, o contato com os colegas mais adiantados, a articulação entre os preparatórios e os cursos especiais uniformizando as finalidades do ensino, a proximidade dos professores dos dois graus de ensino para melhor ajustarem os programas e a existência simultânea de laboratórios e oficinas da especialidade eram vantagens incomensuráveis para o progresso do ensino e para a investigação. *A circunstância enunciada vale só por si todos os sacrifícios que haja de fazer na geometria dos princípios para a conservar*.

Do mesmo modo, como escola com cinco cursos e muita atenção à parte prática, o Técnico, mais do que outras escolas superiores, teria necessariamente um elenco de cadeiras muito numeroso, maior duração dos cursos, um estágio final longo (desejavelmente remunerado), e horários extensos que não poderia reduzir para os níveis propostos.

Noutros itens os membros do CE discutiam a oportunidade da introdução de novas cadeiras nos cursos especiais. Com realismo, o parecer considerava que, face ao fracasso de experiências anteriores (1937), era assunto a exigir ponderação por se verificar que *saem fora das possibilidades de esforço do aluno médio no nosso país que não tem hábitos de grande concentração*.

O que o Conselho considerava da maior importância, e que poderia ser contemplado por ocasião da publicação do estatuto, era a criação de uma especialidade nova a estruturar-se sobre o curso de máquinas, o curso superior de aeronáutica. No momento podia iniciar-se com duas ou três cadeiras e pensar-se na construção de um túnel aerodinâmico no IST. A dotação necessária, facilmente se conseguiria com a colaboração dos ministérios castrenses e do Conselho Nacional do Ar que há muito o reclamavam.

Do mesmo modo, insistiam, podia ser uma boa oportunidade para fixar normas gerais e estreitar a relação entre o IST e outros ministérios (Obras Públicas, Economia e Colónias) que utilizavam os serviços dos seus diplomados e professores e recorriam aos seus laboratórios e oficinas. Seria a altura de moralizar uma colaboração tantas vezes pautada por regras estabelecidas unilateralmente pelos segundos.

Por seu lado, o Técnico apresentou um plano com alteração dos *curricula* que correspondia às necessidades das atividades industriais existentes em Portugal, quer de iniciativa privada, quer do Estado. Era um plano cauteloso que procurava uma solução intermédia que harmonizasse as fracas exigências do meio com uma não muito intensa especialização dos cursos.

Se não lhes parecia possível abstrair da realidade económica do país no momento em que se estudava a organização de escolas cujos diplomados iriam alimentar e fomentar essas atividades, não podiam deixar de prever outras que

certamente iriam aparecer em futuro próximo. Ao interesse crescente do governo em desenvolver as fontes da economia nacional devia corresponder a preocupação do IST em formar bons engenheiros, progressivamente mais especializados e capazes de implementar o progresso.

Mas a publicação do Estatuto do Ensino Superior era também, na perspetiva do CE, uma ocasião para rever aspectos relacionados com os recursos humanos do instituto: resolver o problema do número e vencimento do pessoal auxiliar de ensino; aumentar o quadro do pessoal menor e arrumar de maneira mais justa o pessoal dos serviços administrativos e das oficinas; atualizar a remuneração dos primeiros e segundos assistentes em desvantagem face a outros serviços do Estado.

Anos depois, em 1951, bodas de prata da revista Técnica, são os próprios alunos que desencadeiam uma reflexão propondo um inquérito com o título sugestivo de *Contribuição à organização do ensino do Instituto Superior Técnico*. Em números sucessivos da revista da AE publicam depoimentos e, para se tirarem as ilações das opiniões expressas, apresentam, após tratamento atento do aluno Celso Montes, os *Aspectos mais importantes das respostas de engenheiros e professores ao inquérito*⁵⁹

Para além de um capítulo específico dedicado ao desenvolvimento da secção dos *sócios antigos alunos* da AEIST, todos os outros analisam áreas de interesse geral para uma reestruturação do ensino ministrado na escola – sobre a inclusão nos planos de estudo de áreas promotoras de uma sólida formação humana e social e não exclusivamente técnica; sobre a opção por uma organização curricular *elástica* mais consentânea com o envolvimento pessoal dos alunos; sobre a necessidade de uma maior especialização; sobre laboratórios, seminários de estudo, tirocínios e rentabilização das aulas práticas; sobre o recrutamento e formação do corpo docente.

Dos tópicos referidos, o primeiro remetia para um tema caro ao corpo docente e às direções da AE e da *Técnica* todo ao longo da história do IST, o da formação humana e social dos estudantes. Aqui reportavam-se claramente à necessidade de dotar os alunos de conhecimentos em economia, direito, finanças e contabilidade mas, muitas vezes, o que transparece é a inquietação

e a insegurança perante carências reais no campo cultural e as formas de as colmatar.

Passado o meio do século, por razões explanadas num extenso relatório – os progressos das ciências e técnicas de engenharia, a evolução do respetivo ensino, a desadequação de disposições de um diploma elaborado em 1921 na lógica da tutela de então, o ministério do Comércio e Comunicações e, perante as normas e os preceitos estabelecidos no Estatuto da Instrução Universitária que geria então o conjunto das escolas dependentes do ministério da Educação Nacional – tornava-se premente essa necessária e não cumprida reforma dos cursos de engenharia.

O decreto que oficializava os novos planos de estudo acabou por ser publicado em novembro de 1955 com as assinaturas do presidente Craveiro Lopes e do ministro Leite Pinto.⁶⁰ Como nele se escrevia, era o resultado de estudo cuidadoso e demorado e de uma longa sucessão de tentativas. Remetia, assim, parte dos louros para o ministro Pires de Lima que deixara o ministério meia dúzia de meses antes e que, em 1952, assinara decreto de idêntico significado para o Instituto Superior de Agronomia. O produto final resultou ainda da auscultação da Ordem dos Engenheiros e das entidades qualificadas do ministério da Educação Nacional.

No ponto de vista do legislador, as questões de ordem puramente académica a corrigir eram a desatualização dos elencos de disciplinas, a sua defeituosa distribuição, os excessos de escolaridade que por vezes se aproximava das 50 horas semanais, os inconvenientes do regime de provas e a perturbação motivada pelas condições de transferência de alunos entre o IST, as faculdades de ciências e a Faculdade de Engenharia do Porto. Mas, sobretudo, a reforma era um *imperativo das circunstâncias* – da crescente complexidade da vida moderna, do bom acolhimento às conquistas científicas e à sua expressão prática, da necessidade de aumentar o potencial económico dos Estados – que tinham levado, sensivelmente por esses mesmos anos, todas as nações desenvolvidas da América do Norte e da Europa a *dedicar cuidados especialíssimos à formação de engenheiros e cientistas*.⁶¹

E com os cuidados vêm o relevo cada vez maior dado aos técnicos, mas agora também aos cientistas puros, e as preocupações com a

preparação científica e técnica de ambos, técnicos e investigadores, por parte dos governos, da indústria, das escolas, das organizações políticas, científicas e profissionais e, ainda, das instâncias internacionais.

A reforma *Leite Pinto*, em vigor até à reforma Veiga Simão no início da década de 70, uniformizou o plano de estudos dos três primeiros anos do curso do IST com o das faculdades de ciências e o dos três últimos com o da Faculdade de Engenharia do Porto; manteve os seis anos de duração destinando metade deles à preparação geral do aluno e os restantes a um 2º ciclo de estudos especializados de acordo com a modalidade de engenharia escolhida; conservou os mesmos cinco cursos, *porque os nossos recursos e as nossas necessidades* não aconselhavam desdobramentos, mas os diferentes cursos ofereciam, nos últimos anos, a frequência de cadeiras de opção que diversificavam os percursos individuais; reforçou a realização de estágios em estabelecimentos industriais ou serviços públicos familiarizando o aluno com o mundo do trabalho. Contrastando com as 40 horas anteriores, fixava a carga horária em cerca de 30 horas semanais, preservando o tempo destinado a aulas práticas nos laboratórios ou oficinas mas, com o novo horário, deixava tempo livre aos alunos para trabalho individual (quer para assimilarem as matérias científicas quer para melhorarem a sua cultura geral) e para a prática de atividades gimnodesportivas, de preferência em horário semanal definido.

A opção por um 1º ciclo longo é largamente explanada. Recorria ao exemplo das melhores escolas estrangeiras, que afastavam uma nociva especialização precoce e que associavam, numa formação geral comum, o estudo de noções básicas muito amplas de filosofia, de história das civilizações e de línguas com o das ciências exatas, físicas e naturais. Procurando responder ao problema do equilíbrio entre cultura geral e especialização, o diploma alargou a representação das disciplinas de matemática e de física, criou a disciplina de sociologia geral (questões morais e sociais relacionadas com a técnica), e sugeriu uma modificação no nome da cadeira de economia de modo a prescrever uma matéria com carácter mais geral.

O 2º ciclo juntou as disciplinas da formação específicas de cada curso e as disciplinas de opção de apoio a essa especialização geral. No final, a formação podia ser complementada com estágios ou com trabalhos de investigação ou de aplicação em centros de estudo. Eram ainda previstos (artº. 24) cursos de aperfeiçoamento, especialização e atualização ao longo da vida profissional.

Da reforma de 1955, que continuava o conceito de engenheiro de largo espetro, a criação de doutoramentos no instituto (artº 21) foi a medida mais importante para a modernização e a valorização da investigação associada à prática pedagógica.

A prerrogativa de concessão do grau de doutor representou para o IST o reconhecimento pleno da sua categoria de instituto universitário e vai potenciar, *in loco*, o investimento na preparação científica dos seus alunos, até então, na maior parte da pequena minoria que o tentava, obtida em universidades estrangeiras, mesmo quando financiada pelo Estado português através de bolsas de estudo.

Em 1962, Manuel Alves Marques, orientado pelo professor António da Silveira, é o primeiro

professor a obter o grau de doutor, em física, concedido pelo Instituto Superior Técnico.

Outros se seguem, sempre em número reduzido. No preâmbulo do decreto lei que, em 1970, alterou o regime de doutoramento nas universidades portuguesas dizia-se da intenção de simplificar os processos, da realização das provas em prazos mais curtos e da maior especialização das matérias sobre que incidiam. Pretendia-se com uma nova orgânica das provas que o número de doutorados ultrapassasse as necessidades do ensino superior, de modo que o excedente *possa desempenhar papel relevante no desenvolvimento sócio-económico, ocupando postos de administração, de investigação ou outros, no sector público ou no privado.*⁶²

É também nos inícios de 60 que se comemora o cinquentenário do Técnico e que, como um dos atos programáticos, se considera a realização do I Congresso do Ensino de Engenharia. Em fevereiro de 1963, um curto texto de Ferreira Dias, publicado na *Técnica*, esclarecia que foram palavras pensadas para um número especial da revista da AE, a lançar no ano anterior, mas com *as perturbações então havidas não foi possível nem seria oportuno.*⁶³

A completar, num espaço gerido pela AE, um ginásio ...
Foto: Tatiana Soares, 2011



- 1 *Atas do CE*, Livro 2º, sessões de 3 de março e 28 de junho de 1926, p. 115 e 126.
- 2 E mais tarde, a 10 de maio de 1927, havendo casos de assistentes a ser preciso reconduzir ou exonerar, Raúl Mendonça pretende que o CE o nomeie para fazer uma revisão dos critérios de distribuição das assistências. Duarte Pacheco propõe então que se constitua uma comissão com o próprio R. Mendonça e Herculano de Carvalho. *Ibidem*, p. 181.
- 3 *Atas ...* Livro 2º, sessão de 6 de outubro de 1926, p. 134 e 132–133.
- 4 *Ibidem*, p. 136.
- 5 *Ibidem*, sessão de 5 de fevereiro de 1927.
- 6 *Ibidem*, p. 140 e 141.
- 7 Pelo menos no que se refere a bolsas foi aspiração realizada. Em 13 junho de 1927, Ferrugento Gonçalves felicita-o por ter diligenciado o decreto que criou as bolsas de estudo para os professores diplomados pelo IST. Para preparar a sua regulamentação forma-se uma comissão com Lino Neto que defende que os beneficiários sejam obrigados a depois regerem na escola cursos gratuitos (*Ibidem*, p. 191).
- 8 *Ibidem*, p. 147–148.
- 9 *Ibidem*, p. 151.
- 10 *Ibidem*, p. 160 e 161.
- 11 *Ibidem*, p. 165.
- 12 Leitura atenta de Maria da Conceição Tiago, que agradeço, acrescentou rigor às informações sobre a génese da urbanização da zona do Arco do Cego.
- 13 *Diário do Governo*, II série, 27 de dezembro de 1919.
- 14 Decreto lei nº 25052 de 23 de setembro de 1933.
- 15 Decreto nº 13528, *Diário do Governo*, 26 de abril de 1927.
- 16 *Técnica*, nº 2/94, setembro de 1994, p. 24.
- 17 *Actas...*, 2 de maio de 1949, p. 67.
- 18 IST – 75 Anos in *Técnica*, nº 1/2 de 1986, p. 15.
- 19 *Ibidem*.
- 20 *Atas...*Livro 3º, p. 69–74.
- 21 *Atas...*Livro 3º, p. 72.
- 22 *Atas...*Livro 3º, p. 73–73v.
- 23 *Atas...*Livro 3º, p. 77v.
- 24 Duarte Pacheco (António José) in: *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*.
- 25 *Diário do Governo*, decreto lei nº 35989, de 23 novembro de 1946.
- 26 *Atas...*Livro 3º, p. 12.
- 27 *Técnica...*, Janº 1943, p. 141–142.
- 28 *Técnica...*, abril 1943, p. 297.
- 29 Pardal Monteiro (Porfírio) in: *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*.
- 30 *Ibidem*.
- 31 *Atas...* 6 de outubro de 1926, p. 133.
- 32 *Atas ...* Livro 4º, sessão de 3 de novembro de 1936, p. 16v–17.
- 33 *Atas ...* Livro 4º, p. 20.
- 34 Cálculos de António Carvalho Quintela apresentados no 1º Simpósio Nacional Materiais e Tecnologias na Construção de Edifícios, 18–24 abril 1985.
- 35 *Ibidem*.
- 36 *Ibidem*, p. 41.
- 37 Decreto nº 11988 de 29 de julho de 1927.
- 38 Declarações de Duarte Pacheco e de Raul Mendonça. *Atas ...* Livro 3º, sessão de 21 de junho de 1926, p. 195.
- 39 Duas conferências realizadas na AECF, com a presença do presidente da República e ministro do Comércio e Comunicações e participação de Mendes Leal e Araújo Correia. *Técnica*, janeiro de 1927, p. 30.
- 40 *Técnica*, janeiro 1935, p. 68.
- 41 Decreto 11988, artº 17 e decreto 12696, artº 2º e artº 14º, julho de 1926.
- 42 *Técnica*, dezembro de 1944, p. 976.
- 43 Não era o caso dos alunos do Instituto Superior de Agronomia (cf. Radich 2011).
- 44 *Atas ...* Livro 3º, p. 15.
- 45 *Atas ...* Livro 1º, p. 63–64.
- 46 *Atas ...* Livro 1º, 1 de julho de 1922.
- 47 *Atas ...* Livro 3º, 6 e 27 de maio de 1932, p. 54v e 57.
- 48 *Atas ...* Livro 3º, p. 78.
- 49 *Atas ...* Livro 6º, 1 de janeiro de 1947.
- 50 *Técnica*, julho–agosto 1981, p. 169.
- 51 Carta de 13 de janeiro de 1935, endereçada a Adolfo Casais Monteiro, Caixa Postal, 147, Lisboa. In: Lopes, Teresa Rita (Introdução, organização, transcrição e notas), 1990, *Álvaro de Campos, Vida e Obra do Engenheiro*, Lisboa, p. 72–73. Agradeço a Maria Antónia Câmara Manoel, pessoana e tradutora do poeta para língua francesa, as informações autobiográficas na poesia e nas notas de Álvaro de Campos.
- 52 Apontamento não assinado nem datado, *ibidem*, p. 59.
- 53 *Atas...*, 7 dezembro de 1928, 17 janeiro de 1929, 13 e 23 abril de 1929.
- 54 *Atas...* 23 outubro de 1930, p. 38–38v.
- 55 *Atas...* 25 novembro de 1930, p. 39–40v.
- 56 *Atas...* 5 dezembro de 1930, p. 42–42v.
- 57 *Atas...* 22 dezembro de 1930, p. 43.
- 58 Parecer aprovado na sessão de 31/07/1941. [Folha solta introduzida no Livro 3º *Atas*, com indicação a lápis: ver dossier B/11-nº 1-junto ao n/ ofício de 25/07/1941].
- 59 *Técnica*, março de 1952. Maria de Lourdes Pintasilgo guardou um formulário deste inquérito que hoje figura no arquivo da Fundação Cuidar o Futuro.
- 60 Decreto nº 40378 de 14 de novembro 1955.
- 61 *Ibidem*.
- 62 Decreto lei nº 388/70, 18 de agosto de 1970.
- 63 *Técnica*, fevereiro de 1963, p. 299.



(...) É um orgulho compreensível atendendo aos anos de espera, às expectativas criadas, ao produto acabado e ao que significou na emergência de um novo herói: Duarte José Pacheco. (...)

Painel da exposição sobre Duarte Pacheco, montada no hall do pavilhão central.

Foto: Tatiana Soares, 2011